SOCIOLOGIA

Sociologia, Problemas e Práticas

82 | 2016
SPP 82

Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório

Digital activism in Portugal: an exploratory study
Activisme numérique au Portugal: une étude exploratoire
Activismo digital en Portugal: un estudio exploratório

Ricardo Campos, Inês Pereira e José Alberto Simões

OpenEdition Journals

Edição electrónica
URL: http://journals.openedition.org/spp/2460
ISSN: 2182-7907

Editora
Mundos Sociais

Edição impressa
Paginação: 27-47
ISBN: 0873-6529
ISSN: 0873-6529

Refêrencia eletrónica
Ricardo Campos, Inês Pereira e José Alberto Simões, « Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório », *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 82 | 2016, posto online no dia 12 outubro 2016, consultado o 21 abril 2020. URL : http://journals.openedition.org/spp/2460

© CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

ATIVISMO DIGITAL EM PORTUGAL
Um estudo exploratório

Ricardo Campos
CICS.Nova, FCSH-UNL, Lisboa, Portugal

Inês Pereira
CIES-IUL, ISCTE-IUL; FCSH-UNL, Lisboa, Portugal

José Alberto Simões
CICS.Nova, FCSH-UNL, Lisboa, Portugal

Resumo Os últimos anos têm sido férteis em formas novas de mobilização coletiva e ativismo, em que os equipamentos e os média digitais assumem papel de relevo. Este artigo baseia-se num projeto exploratório, realizado entre 2014 e 2015, que procurou articular o uso dos média digitais com as formas de ativismo e participação pública dos jovens em Portugal. Metodologicamente este projeto adotou uma abordagem de natureza qualitativa, que procurou articular uma pesquisa *online* e *off-line*. As conclusões que apresentamos decorrem de uma análise das entrevistas aprofundadas realizadas a ativistas com perfis distintos pertencentes a diferentes atores coletivos.

Palavras-chave: ativismo, movimentos sociais, média digitais, internet.

Abstract Recent years have been fertile in new forms of collective mobilization and activism. In this context the digital media have been assuming a particularly important role. This article is based on an exploratory project, carried out between 2014 and 2015, which sought to study the use of digital media with the forms of activism and public participation of young people in Portugal. Methodologically this project took a qualitative approach, which sought to articulate a research online and off-line. The conclusions presented derive from an analysis of in-depth interviews carried out with activists belonging to different collective actors.

Keywords: activism, social movements, digital media, Internet.

Résumé Les dernières années ont été fertiles en nouvelles formes d'activisme et de mobilisation collective. Dans ce contexte, les médias numériques ont joué um rôle très important. Cet article est basé sur un projet exploratoire, réalisée entre 2014 et 2015, qui visait l´étude de l'utilisation des médias numériques dans les formes d'activisme et de participation publique des jeunes au Portugal. Méthodologiquement ce projet a adopté une approche qualitative, qui cherche à articuler une recherche *online* aussi bien que *off-line*. Les conclusions présentées proviennent de l'analyse des entretiens approfondis avec des militants appartenant à différents acteurs collectifs.

Mots-clés: activisme, mouvements sociaux, média numériques, Internet.

Resumen Los últimos años han sido fértiles en lo que respecta a las nuevas formas de mobilización colectiva y activismo. En este marco, los médios digitales han assumido un papel importante. Este articulo se basa en un proyecto exploratorio, realizado entre el 2014 y el 2015, que tenía como objectivo estudiar el uso de los médios digitales en las formas de activismo y la participación de los jóvenes en Portugal. Metodológicamente se trataba de un proyecto que partindo de un enfoque cualitativo, pretendía articular una investigación *online* y *off-line*. Las conclusiones presentadas provienen de un análisis de las entrevistas en profundidad realizadas a activistas pertenencientes a diferentes atores colectivos.

Palabras-clave: ativismo, movimientos sociales, media digitales, Internet.

Introdução

Nos últimos anos temos assistido, em diferentes contextos geográficos, ao aparecimento de formas novas e inesperadas de mobilização coletiva e de ativismo. Entre os aspetos inovadores encontra-se a utilização de equipamentos e média digitais como recursos cruciais para a participação política e cívica. Em tempos de crise económica e turbulência social, estas novas ferramentas tecnológicas e meios de comunicação têm-se afigurado particularmente relevantes para exprimir reivindicações e organizar o protesto, favorecendo o surgimento de formas de mobilização informal (leia-se extrainstitucional) da ação política e cívica. Nestas práticas os jovens têm tido um papel proeminente, embora não exclusivo, enquanto rosto visível do descontentamento generalizado, como atestam as recentes manifestações públicas a que assistimos em Portugal e noutros países. Os protestos de 2011 na Tunísia ou no Egito são um bom exemplo disso, do mesmo modo que o movimento de "Los Indignados" em Espanha, no mesmo ano, também testemunha a mesma tendência. Não por acaso, em Portugal, a manifestação denominada "Geração à rasca", que ocorreu a 12 de março de 2011, e que tem sido considerada uma das mais marcantes da sociedade portuguesa dos últimos anos, teve os jovens como protagonistas, tendo sido notada por diversos autores como um momento de viragem para um novo ciclo de protesto (Baumgarten, 2013; Accornero e Pinto, 2015; Estanque, Costa e Soeiro, 2013).

Podemos situar a manifestação da "Geração à rasca" num ciclo de protesto mais amplo que se intensificou durante o ano de 2012, tendo culminado na primeira metade de 2013, para depois sofrer uma diminuição progressiva que continuou durante todo o ano de 2014. Este ciclo é caracterizado por um reportório de ação diversificado, que inclui grandes manifestações com impacto público, marchas, assembleias, ocupação de espaços públicos, *sit-ins*, etc. Com efeito, desde 2011, emergiram no país o que podemos designar "novíssimos movimentos sociais" (Feixa, Pereira e Juris, 2009) em torno de ações de protesto específicas sob a reivindicação geral da "luta contra as medidas de austeridade" desencadeadas pela crise económica e financeira. A agudização da crise conduziu ao resgate financeiro, em 2012, com a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Central Europeu (BCE) e da Comissão Europeia (CE), que passaram a ser popularmente conhecidos como "Troika". Atendendo à fraca tradição de envolvimento político e participação cívica da população portuguesa (Cabral, 2014; Mendes e Seixas, 2005), os protestos atuais surgem como um momento significativo de viragem numa paisagem de participação pública relativamente inexpressiva, inaugurando o que pode ser designado "um novo ciclo de contenção" caracterizado por uma nova estrutura de oportunidades políticas (Tarrow, 2011).

Este artigo baseia-se num projeto realizado entre 2014 e 2015,[1] que procurou articular o uso dos média digitais com as formas de ativismo e participação pública

1 O projeto "Ativismo Juvenil em Rede: Média Digitais, Movimentos Sociais e Cultura Participativa entre Jovens Ativistas" (EXPL/IVC-COM/2191/2013) foi desenvolvido no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.Nova — FCSH/UNL (UID/SOC/04647/2013), com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MEC) através de fundos nacionais. O prosseguimento da pesquisa conta, ainda, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de uma bolsa de pós-doutoramento (SFRH/BPD/99671/2014).

dos jovens em Portugal. Este projeto não trata diretamente de todo o período de movimentação social e política mais recente, embora tenhamos de reconhecer que este horizonte temporal mais amplo se encontra presente na informação recolhida e é algo que tem implicações óbvias nos resultados que aqui apresentamos. Metodologicamente este projeto adotou uma abordagem de natureza qualitativa, envolvendo uma pesquisa *online* (análise de plataformas digitais) e *off-line* (entrevistas aprofundadas, observação de eventos, etc.). Neste artigo analisaremos, por um lado, o uso das tecnologias digitais no ativismo, procurando articulá-las com um conjunto de dimensões do "trabalho ativista" e, por outro lado, as representações acerca dos desafios, oportunidades e resistências despoletados pelo denominado "ativismo digital".

Média digitais, ação coletiva e movimentos sociais

A importância do digital na mobilização coletiva tem vindo a ser destacada desde os acontecimentos que se sucederam ao levantamento neozapatista em meados dos anos 90 (Rovira, 2009), a que se seguiram, na primeira década dos anos 2000, os movimentos contra a guerra do Iraque e alterglobalização (Sommier, 2003; Juris, 2008; Feixa, Saura e Costa, 2002). Em certo sentido, o espaço de protesto contemporâneo não pode deixar de ser concebido como um *espaço híbrido*, onde a internet e as ruas se interligam de formas variadas (Castells, 2012). O papel das redes digitais enquanto instrumento de democratização e participação pública tem sido interpretado de forma variável (Dahlgren, 2013). Uma perspetiva otimista leva-nos a sublinhar o seu papel não só democratizador como também libertador (Castells, 2012), estando esta, numa certa variante, associada à valorização "cyberfetichista" das tecnologias digitais, com óbvias implicações ideológicas (Rendueles, 2013). Porém, as potencialidades da internet e dos média digitais podem ser encaradas de forma crítica, considerando que a sua utilização não é necessariamente geradora de mais participação (Fuchs, 2011). Com efeito, esta interconexão global tem os seus limites. Se a concertação e o impacto social se baseiam largamente nesse tipo de redes, o acesso a estas torna-se uma pré-condição para a mobilização. Neste sentido, novas desigualdades e novas hierarquias internas aos próprios movimentos sociais são construídas em torno da questão tecnológica, distinguindo entre si coletivos com diferentes graus de conexão à rede e literacia digital e, no seio do próprio ativismo, atores individuais com diferentes capacidades técnicas (Sáez, 2004b; Tamayo, Burch e Enriquez, 2004).

Para além da utilização generalizada de ferramentas tecnológicas digitais em atividades políticas e, sobretudo, do seu papel nos protestos atuais, a verdade é que podemos considerar de forma mais complexa a sua utilização, associada a interesses e causas variadas, mas igualmente a trajetórias e níveis de competência variáveis para utilizar estas ferramentas (Postill, 2014). Estas questões conduzem-nos a uma primeira distinção que se revelará fundamental no entendimento que faremos mais adiante a respeito de diferentes formas de ativismo digital. Do nosso ponto de vista, a relação entre os movimentos sociais e a internet pode ser analisada numa dupla perspetiva.

Por um lado, a internet surge como uma *ferramenta* ao serviço dos movimentos sociais, permitindo a rápida divulgação de conteúdos e a comunicação sincrónica em larga escala e, consequentemente, a construção de alternativas políticas em rede e na rede (Atton, 2004; Sáez, 2004a; Hill, 2013; Padilla, 2012). Por outro lado, as próprias tecnologias de informação tornam-se causa e motivo de contestação social, constituindo o *leit motiv* central de movimentos diversos: em prole do *software* livre, da livre partilha de conteúdos ou contra a cibercensura (Raymond, 1999; Postigo, 2012; Hamelink, 2000).

Centremo-nos na primeira dimensão. A utilização instrumental da internet, enquanto ferramenta ao serviço dos movimentos sociais decorre em níveis muito diferenciados, desde a simples colocação de informação em *sites*, blogues ou páginas de Facebook até a usos mais sofisticados e transgressores, que podemos agrupar sob o epíteto de desobediência civil eletrónica (Sádaba e Roig, 2004). Estes diferentes níveis pressupõem atores diferenciados, dotados de níveis de conhecimento distintos e de intenções variadas. O próprio impacto da utilização da internet e a sua articulação com um espaço *off-line* é diverso. Tendo em conta esta diversidade de formas de relação com as tecnologias de informação que se encontra refletida na bibliografia sobre a temática, propomos uma tipologia analítica simplificada, estruturada em três níveis de ação, tal como apresentamos na figura 1.

Olhando para esta tipologia encontramos, em primeiro lugar, as ações mais transgressoras e tecnologicamente mais sofisticadas. Estas compreendem um conjunto de repertórios de ação contestatária que decorrem no próprio espaço virtual, quer reproduzindo táticas comuns *off-line*, quer encontrando formas de conflito específicas do espaço virtual. O ciberespaço surge, neste sentido, como um palco para a ação de protesto. Entre os repertórios de ação mais comuns podemos salientar alguns que reproduzem táticas comuns *off-line*, como a proliferação de petições *online* ou as manifestações virtuais. Encontramos também repertórios de ação que requerem uma maior *expertise* técnica e que tendem a ter um grau de disrupção mais elevado: *leaks* e divulgação de informação privada; difusão de técnicas de circunvenção, como o *website mirroring*, que permite contornar casos de censura, *mail bombing* (envio consecutivo de *e-mails*, podendo ter como efeito o bloqueio das caixas de correio eletrónicas); *web sit-ins* e DDOS ou ataques de negação de serviço (invadindo determinados *websites* com tantos pedidos que estes deixam literalmente de funcionar ou, pelo menos, se tornam muito mais lentos devido ao excesso de tráfego) ou ainda *defacing* (alteração da página inicial de um determinado *website*, substituindo o conteúdo original por uma mensagem provocatória) (Padilla, 2012; Cibergolem, 2005). É neste âmbito que se insere particularmente o conceito de *hacktivismo* — termo contestado, que tem diversas aceções, podendo incluir ou não ataques que visam encerrar *sites*. Coletivos e iniciativas descentralizadas, como Anonymous, têm sido pródigos neste tipo de ação, que ainda não se encontra, todavia, generalizada (Stryker, 2011).

Em segundo lugar, direcionado para o interior dos próprios movimentos sociais, encontramos todo um conjunto de práticas em torno da construção de redes e da organização coletiva (Calle, 2005). A circulação acelerada de informação, de forma sincrónica, através das novas tecnologias de informação, permite uma

Função / motivação	Nível de ação	Repertório	Alcance / destinatários
Causa ↕ Ferramenta	Luta tecnológica	Manifestações virtuais Guerrilha tecnológica (DDOS, *deface*, *mail bombing*, etc.)	Para os opositores
	Convergência e amplificação de redes	Registos e agendas comuns Divulgação de repertórios de ação Organização de eventos de convergência Construção colaborativa	Para o interior dos movimentos sociais
	Difusão de conteúdos	Construção de causas globais Amplificação do espaço social de recrutamento de ativistas e simpatizantes	Para ativistas e público em geral

Figura 1 Tipos de utilização de tecnologias digitais em práticas ativistas: internet enquanto "ferramenta" e "causa"

concertação da ação coletiva a diversos níveis. Por um lado, em diversos *websites* encontram-se, não apenas informações ou debates ideológicos, mas também repertórios concretos de ação e *modus operandi* para a realização de diferentes ações, que podem ser, modularmente, transpostos e reconvertidos de forma a serem reutilizados noutras partes do mundo. Por outro lado, esta infraestrutura tecnológica permite também o desenvolvimento de ações, quer numa escala local, permitindo a convocatória eletrónica para manifestações e outros *happenings* (Ugarte, 2004), quer numa escala global, através da organização concertada de eventos simultâneos (Pereira 2009; Juris 2008).

Por último, encontramos todas as utilizações relacionadas com a divulgação e difusão de informação relativa aos movimentos sociais, tendo como destinatários não apenas os ativistas mas o público em geral. Esta utilização não exige competências técnicas particularmente sofisticadas e centra-se, acima de tudo, na propagação de mensagens em *sites*, blogues ou páginas de Facebook, que possam ser partilhados com um público generalista, potencialmente interessado. O espaço virtual surge então como um *showcase* que permite a explanação de discursos, projetos e causas, e a transferência de informação e conhecimento. A presença na internet resulta frequentemente numa eficaz difusão destes movimentos e no recrutamento de aliados em diversas partes do globo, podendo esta difusão ocorrer de forma extremamente acelerada (Juris, 2004). A construção de determinadas "causas globais", oriundas de um contexto específico mas com redes alargadas de apoio em todo o mundo, tem sido uma das mais interessantes consequências apontadas na literatura. Veja-se, a título de exemplo, a presença na internet do MST — o movimento brasileiro dos sem-terra (Sáez, 2004b) — ou do EZLN — Ejército Zapatista de Liberación Nacional, considerado como a primeira guerrilha informacional —, ambos com um vasto conjunto de apoiantes e simpatizantes em todo o mundo (Castells, 1997; Rovira, 2009). Podem enquadrar-se ainda neste âmbito

iniciativas que não são oriundas de coletivos específicos, mas sim de projetos noticiosos alternativos, nomeadamente através da ação de entidades que recolhem e/ou filtram a informação, disponibilizando-a de forma compilada, em portais, *sites* ou *mailing lists*, como é, por exemplo, o caso da *Indymedia* (Juris, 2004; Atton, 2004).

Todavia, como afirmámos anteriormente, a internet não é apenas um instrumento, constitui também uma arena de conflito privilegiada, *leit motiv* para a mobilização social levada a cabo por um conjunto de recentes movimentos sociais que propõem novos projetos de transformação social e tecnológica. O acesso à informação e aos seus mecanismos de produção, bem como as próprias condições de produção e uso de *software* e *hardware* surgem, num mundo em acelerado progresso tecnológico, numa sociedade baseada no progresso científico, na tecnologia e na circulação da informação, como um dos principais palcos do conflito social (Sáez, 2004a). Também aqui podemos encontrar alguma dispersão entre distintos níveis de ação e de relacionamento com o poder instituído.

Num primeiro nível, encontramos os movimentos que promovem o combate à infoexclusão (Salado, 2004), através da infraestruturação tecnológica e da promoção de uma literacia digital emancipatória (Mossberger *et al.*, 2003; Warschauer, 2004). Podemos aqui inserir ainda uma referência aos movimentos que visam a partilha de ligações *wireless* (Rheingold, 2004).

Num segundo nível encontramos movimentos que combatem a cibercensura e promovem a privacidade, a liberdade de expressão e a transparência (Deibert *et al.*, 2010). Entre estes destacam-se particularmente iniciativas como Anonymous ou Wikileaks (Stryker, 2011), ambas combatendo a repressão digital e promovendo a circulação livre de informação de interesse público. Neste nível podemos ainda enquadrar os movimentos que defendem a livre partilha de conteúdos (informação, música, *software*) com recurso à internet, como defendido pelo movimento dos Partidos Pirata (Atton, 2004; Gantz e Rochester, 2005; Mason, 2008; Johns, 2009). Finalmente, num nível técnico mais avançado, e com iniciativas centradas na própria produção e não apenas no consumo, encontramos os movimentos que propõem novas formas de produzir e partilhar a tecnologia, em sistemas livres e abertos, como é o caso do movimento do *software* livre (DiBona *et al.*, 1999; Raymond, 1999; Himanen, 2001; AA.VV., 2006).

Como se compreenderá pelo que foi dito, apenas do ponto de vista operacional e analítico faz sentido distinguir a internet enquanto *ferramenta* e enquanto causa, na medida em que estas dimensões não se excluem mutuamente e estão em grande medida interligadas. Na verdade, a internet enquanto *ferramenta* é algo mais abrangente e que atravessa um conjunto de práticas, atores e instituições, dado que todas as ações ativistas que empreguem média e circuitos digitais podem ser incluídas neste domínio. Quando falamos de internet enquanto *causa*, referimo-nos a um certo nicho ideológico em torno do qual se constroem um conjunto de motivações para a ação política e cívica tendo a internet por objeto de disputa. No entanto, esta última dimensão envolve igualmente a primeira, na medida em que estes coletivos ativistas também recorrem à internet como ferramenta de ação nas várias dimensões descritas acima.

A internet e os média digitais enquanto ferramentas para o ativismo

Breve nota metodológica

Como referido inicialmente, este foi um projeto que definimos como de natureza exploratória por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque se tratava de uma pesquisa pioneira, na medida em que não existem evidências de pesquisas recentes sobre a relação entre o ativismo e os média digitais no nosso país, particularmente num período de alguma turbulência social e política, com evidentes repercussões ao nível da ação cívica e política extrainstitucional dos cidadãos. Por outro lado, este foi um projeto financiado no âmbito de pesquisas exploratórias, com um quadro temporal de execução relativamente curto,[2] que procurava criar bases empíricas e teóricas para a exploração de objetos de estudo emergentes. Deste modo, as questões e metodologias que nos orientaram buscaram, principalmente, criar as condições para que se pudesse explorar de forma abrangente, aberta e flexível um objeto de estudo sobre o qual ainda não existe suficiente base empírica ou teórica que permitisse construir um quadro analítico-conceptual *a priori* mais definido. Tal não invalida que consideremos o material analítico recolhido suficientemente rico e coerente para, a partir daqui, construirmos não apenas categorias conceptuais substantivas e empiricamente sustentadas, mas também para desenvolver o debate teórico sobre a matéria.

A nossa grande questão de partida foi, por isso, razoavelmente abrangente e flexível nos seus contornos. Questionámo-nos sobre a articulação entre os média digitais e as formas de ativismo contemporâneo em Portugal. Para responder a esta questão, uma série de outras subquestões foram levantadas: que (a) "usos" e (b) "representações" dos média digitais existem no campo do ativismo?; (c) qual a relação entre as "práticas *online*" e as "práticas *off-line*"?

As opções epistemológicas tiveram em consideração a prioridade dada à exploração e descoberta, com consequências ao nível da seleção da amostra e dos instrumentos de recolha de informação. Acresce o facto de os próprios instrumentos de observação apresentarem uma natureza inovadora, na medida em que pressupunham uma articulação entre duas realidades empíricas distintas — *online* e *off-line* — e, consequentemente, exigiam um desenho metodológico que tivesse em consideração esta articulação. Assim, desenvolvemos uma pesquisa *off-line* de natureza qualitativa, recorrendo a entrevistas aprofundadas e observação de alguns eventos (manifestações, encontros, etc.). Apesar de recorrermos à entrevista aprofundada, concedendo liberdade ao entrevistado para construir o seu discurso em torno das temáticas ou episódios que para ele fossem mais relevantes, delineámos um guião de orientação com duas grandes áreas temáticas. A primeira correspondia às práticas ativistas (inserção no meio, biografia ativista, descrição do movimento, etc.). A segunda era relativa aos usos digitais (envolvimento com ferramentas digitais, tipos de plataformas usadas, funções desempenhadas, etc.) e às representações acerca do ativismo digital e da sua interligação com o ativismo "tradicional" (opiniões acerca

2 O projeto teve a duração total de 16 meses.

das plataformas digitais, benefícios e perigos destas ferramentas, relação entre as ações de rua e as digitais, etc.).

Para a nossa amostra optámos por uma estratégia inclusiva, procurando abarcar ativistas com diferentes percursos e com envolvimento em distintas causas (políticas, ecológicas, sociais, etc.). Privilegiou-se nesta escolha a heterogeneidade de áreas de intervenção ativista que espelhassem a diversidade do próprio campo. Importa ressalvar que o termo "ator coletivo" possui um sentido amplo, na medida em que tanto inclui associações, plataformas ou grupos ligados a movimentos sociais específicos, como redes informais que agregam diferentes indivíduos e grupos mobilizados em torno de causas, ocasiões ou eventos determinados.

Assim, pudemos identificar seis tipos de atores coletivos envolvidos em práticas ativistas, estando todos eles ligados de alguma forma aos recentes protestos públicos que ocorreram na sociedade portuguesa: (a) o primeiro dos tipos encontrados pode ser designado *novos movimentos sociais "antiausteridade"*, isto é, movimentos que nascem como resultado da crise económica e financeira, tendo como principais reivindicações a luta contra as medidas de austeridade implementadas pelo governo (*e.g.* Plataforma 15 de Outubro, Que se Lixe a Troika); (b) uma segunda categoria de atores coletivos diz respeito aos chamados *movimentos alterglobalização* que podem ser considerados, em certo sentido, como uma espécie de "antecessores" dos novos movimentos sociais constituídos em torno das reivindicações antiausteridade (*e.g.* ATTAC Portugal); (c) o terceiro tipo de atores coletivos considerado insere-se na categoria dos chamados *novos movimentos sociais "clássicos"*, associados a causas de caráter cultural e identitário (*e.g.* LGBT, ecologistas); (d) um quarto tipo de atores coletivos corresponde aos chamados *movimentos "radicais"*, incluindo grupos ou movimentos que se posicionam explicitamente "contra o sistema". Esta componente antissistema pode ser encontrada em grupos anarquistas ou simpatizantes de causas anarquistas, que se caracterizam por práticas alternativas, de resistência ou que se opõem aos valores da sociedade dominante (*e.g.* Squatters/Okupas); (e) um quinto tipo insere-se nos chamados *movimentos diretamente ligados ao ativismo digital*, isto é, movimentos, plataformas, grupos ou organizações que atuam primordialmente *online* ou que utilizam a internet e outras tecnologias como recurso principal ou causa (*e.g.* Anonymous, movimento para o *software* livre, movimento para o Partido Pirata); (f) finalmente, um último conjunto de coletivos protagonistas de várias ações de protesto pode ser encontrado nos *atores políticos tradicionais*, nomeadamente nos partidos políticos e sindicatos. Estes não são obviamente movimentos sociais mas têm com estes uma relação de cumplicidade que se manifesta de várias formas.

Do ponto de vista da seleção dos entrevistados, recorremos a uma estratégia de "bola de neve", procurando construir uma rede de intervenientes nos diferentes campos de ativismo referidos, tendo sido realizadas no total 36 entrevistas aprofundadas.[3] Para além do campo de atuação ativista, os critérios para a seleção dos

3 Agradecemos publicamente a disponibilidade demonstrada pelos diferentes ativistas que se predispuseram para ser entrevistados no âmbito do projeto, bem como o trabalho realizado por Ana Mafalda Esteves, bolseira e membro da equipa do projeto que esteve diretamente implicada nesta tarefa.

entrevistados incluíram a idade (entrevistámos jovens e jovens adultos entre os 20 e os 35 anos)[4] e a natureza do envolvimento em práticas ativistas. Neste último caso, estávamos interessados em ouvir tanto líderes de movimentos como ativistas "anónimos" ou em posições de menor destaque, que acumulassem trajetórias de envolvimento diversificado e intenso.

No que respeita à análise *online*, esta teve em consideração os dados das entrevistas que nos indicavam quais as plataformas mais relevantes. Com base nesta informação, foram selecionados como estudo de caso diversos perfis do Facebook correspondendo a diferentes movimentos/associações, tendo sido realizado um acompanhamento diacrónico da sua atividade durante certos períodos.[5] Para o presente artigo tivemos basicamente em consideração a análise realizada às entrevistas aprofundadas.

Práticas e representações do trabalho ativista: entre o *off-line* e o *online*

Através das entrevistas realizadas torna-se evidente que o uso da internet e das diferentes ferramentas digitais no trabalho ativista é algo que acontece de forma relativamente natural, situação que decorre do facto de as tecnologias digitais estarem hoje perfeitamente integradas no quotidiano. Como tal, e apesar de alguns revelarem certas resistências, o facto é que o digital tende a ser incorporado na esfera do ativismo, tal como é incluído noutras esferas da vida social (no trabalho, nas relações sociais, no lazer, etc.). E neste caso aquilo que encontramos é, por um lado, uma adaptação de certas práticas e formatos de fazer ativismo a formas crescentemente familiares de usar os média e as plataformas digitais e, por outro lado, uma aplicação dos recursos digitais em "velhas fórmulas" ativistas.

A partir do discurso dos entrevistados verificámos que a forma como as ferramentas digitais (tecnologias, plataformas digitais e internet) são concebidas e aplicadas no trabalho ativista está diretamente associada a diferentes dimensões e procedimentos deste trabalho. Consequentemente, para dar resposta à nossa questão de partida que, recordamos, visava entender as articulações entre os média digitais e as práticas ativistas contemporâneas, considerámos relevante criar uma taxonomia relativa ao que denominámos "trabalho ativista", destacando os diferentes processos ou etapas que o compõem.[6] Todas estas dimensões se referem a várias esferas do trabalho ativista convencional, tal como este é tradicionalmente concebido e descrito pelos diversos protagonistas. Neste sentido

4 Com duas exceções de entrevistados na casa dos 40 anos, correspondendo a líderes de grupos e ativistas envolvidos há bastante tempo em determinados grupos.

5 Estes dados ainda se encontram em análise.

6 Para a elaboração desta taxonomia baseámo-nos essencialmente nas descrições efetuadas pelos ativistas. Estas dimensões estão obviamente interligadas e, em muitos casos, sobrepõem-se. Porém, do ponto de vista analítico faz sentido destrinçá-las, na medida em que isso nos permite aferir de forma mais rigorosa o papel atribuído aos diversos média digitais no ativismo contemporâneo.

poderíamos encará-las como "práticas pré-digitais". Tal não invalida que estas sejam, atualmente, pensadas e executadas tendo em conta os novos utensílios existentes. Assim, as entrevistas permitiram-nos explorar a forma como diferentes ferramentas de *hardware* e *software*, assim como circuitos e práticas digitais, são empregues em articulação com formas de atuação relativamente consolidadas. Destacaríamos oito dimensões.

Em primeiro lugar, o "debate e reflexão", que tem em consideração as atividades de natureza interna (destinadas essencialmente aos ativistas pertencentes a um determinado grupo) que procuram promover a partilha e reflexão em torno das causas defendidas ou que lhe estão diretamente associadas. Em segundo lugar, a "organização e logística", que tem em atenção o trabalho de bastidores na organização de eventos ou no desenvolvimento de certas iniciativas, de dimensão variável. Em terceiro lugar, a "mobilização", que tem em consideração as ações que pretendem incentivar a participação e adesão à causa de determinado movimento/grupo, mobilizando não apenas os simpatizantes da mesma, mas igualmente aqueles que a desconhecem ou não lhe são particularmente sensíveis. Em quarto lugar, a "comunicação", que engloba as ações de comunicação do coletivo que visam disseminar um rol variado de mensagens e atingir diferentes públicos, desde os simpatizantes da causa a um público indefinido. Em quinto lugar, o "recrutamento", que tem em consideração ações que têm por objetivo angariar novas pessoas para a causa, recrutando novos membros, ativistas, simpatizantes, etc. Em sexto lugar, a "propaganda e representação pública do coletivo", que compreende os processos de comunicação ideológica e de criação de uma imagem pública do coletivo. Em sétimo lugar, as "redes sociais", dimensão que envolve os processos de criação, perpetuação ou consolidação de redes, seja a título individual seja a título coletivo, com agentes nacionais ou internacionais. Por último, os "eventos", que englobam todas as iniciativas públicas (manifestações, encontros, festas, etc.) organizadas pelo coletivo ou onde este (ou alguém em sua representação) participa, visando uma série de objetivos estratégicos do mesmo (protesto, divulgação da causa, etc.).

Constatamos que os dispositivos digitais participam de diferentes formas em cada uma destas práticas ativistas, variando a importância e centralidade que ocupam. Ou seja, há atividades/etapas do trabalho ativista para as quais é imprescindível o uso de certas ferramentas e circuitos digitais, na medida em que estes: (a) facilitam os processos de trabalho ou (b) garantem maior eficiência e resultados mais favoráveis. Desta forma, podemos afirmar que houve uma integração destes novos recursos naquilo que eram procedimentos e formas de atuação instituídos, mas que esta integração é realizada tendo em consideração uma avaliação dos benefícios e prejuízos que a mesma acarreta. Esta avaliação é geralmente pensada em função das articulações entre práticas *online* e *off-line* de fazer ativismo, apesar de considerarmos que na maioria dos casos esta dualidade pode ser questionada, pois não traduz uma verdadeira separação entre dimensões que tendem a estar fortemente interligadas e dependentes. Assim, a internet e os média digitais são complementares das práticas mais convencionais ou "pré-digitais" de fazer ativismo, como se depreende do seguinte excerto:

> […] eu vejo sempre a internet como um complemento, como um instrumento de realização de agilização de alguns processos… De divulgação, mobilização, mas sempre um instrumento que é complementar a todos os outros, ou seja, antigamente sabia-se que, digamos, existe uma *check list*, é preciso fazer uma faixa, é preciso fazer um cartaz, é preciso fazer um panfleto e agora na *check list* é preciso fazer um evento no Facebook, é preciso, ou seja, é mais um complemento, não substitui as outras práticas […]. [Ativista, "Mayday" e "Precários Inflexíveis"]

Como seria de esperar, o digital é privilegiado em procedimentos que envolvem comunicação e interação à distância, os quais neste caso apresentam uma série de vantagens. Assim, podemos entrever, de forma simplificada, a existência de dois circuitos comunicacionais: um "interno", envolvendo membros do coletivo ou simpatizantes, e outro "externo",[7] envolvendo indivíduos indiferenciados sem qualquer filiação no movimento. Por um lado, certas ferramentas digitais (*e-mail*, Facebook, etc.) são empregues para a comunicação interna, visando a "organização e logística", o "debate e a mobilização", o "reforço/ manutenção de redes", como é sublinhado por alguns entrevistados:

> […] a primeira *slut walk* foi organizada, lá está, 99% no Facebook, mas sem exagero, para aí no espaço de três semanas. […] Eu chegava a passar duas horas em que a minha página do Facebook não saía dali. […] nós fizemos isso tudo *online*, ou quase tudo *online*, houve, talvez, uma ou duas reuniões presenciais […]. [Ativista, "PolyPortugal"]

> […] acho que hoje em dia fica muito fácil para as pessoas terem uma intervenção assim cívica porque não precisam de estar a dirigir-se fisicamente para as sedes das associações que fazem este trabalho, podem comunicar virtualmente. Nós já organizamos manifestações sem nos encontramos uma única vez e já trouxemos pessoas que não nos conheciam porque o Facebook chega para chegares às pessoas muitas vezes. [Ativista, "Bichas Cobardes"]

Outras ferramentas (blogues, *sites*, Facebook, etc.) visam processos de alcance mais vasto, sendo usados com propósitos de "propaganda", "recrutamento" ou "mobilização dos cidadãos", situação que também nos é descrita pelos entrevistados:

> Acho que é fundamental. Acho que isto é totalmente estrutural para nós. Ah… Ou seja, uma boa parte da nossa marca identitária, da nossa capacidade de intervenção, dá-se com a nossa própria obrigação de comunicarmos todos os dias com as pessoas, a partir daquilo que está a acontecer e dos nossos assuntos específicos, as duas coisas.

7 O digital é representado enquanto mais um elemento de um conjunto mais vasto de plataformas de comunicação, que incluem os média tradicionais (jornais, revistas, televisão, etc.). Deste modo, é pensada a sua interligação com outros média, tendo em consideração as vantagens e desvantagens que pode trazer em função dos diferentes contextos em análise. Os média *mainstream*, pela relevância que possuem na construção de uma agenda mediática, não poderiam ser ignorados.

> […] E para isso é preciso uma plataforma de comunicação comum. Portanto, utilizamos o *site* como base e o Facebook como difusor, é uma espécie, eu acho que é assim. [Ativista, "Precários Inflexíveis"]

A relevância das redes sociais: do blogue ao Facebook

A variedade de plataformas usadas é grande, todavia algumas destacam-se no discurso dos entrevistados. Duas das ferramentas mais focadas são, por razões distintas, os blogues e as redes sociais, particularmente o Facebook, e cada uma delas parece marcar paradigmas e períodos historicamente distintos do ativismo.

Comecemos pelo Facebook. Nos discursos dos nossos entrevistados, a preponderância desta rede deve-se basicamente a duas razões. Em primeiro lugar, ao facto de esta ser uma plataforma bastante generalizada, sendo central para o quotidiano não apenas dos ativistas, mas também daqueles que pertencem às suas redes. Ou seja, o seu uso não decorre do facto de se estar particularmente habilitado para ações ativistas, mas porque: (a) é familiar, (b) está disseminado e (c) tem elevada capacidade para a expansão/ multiplicação da informação. Em segundo lugar, esta é uma ferramenta multifacetada, com variadas valências, o que lhe permite cumprir diversas das funções anteriormente mencionadas. Ou seja, de um ponto de vista estratégico é bastante útil, equivalendo àquilo que parece ser mais prezado pelos entrevistados: relação economia de meios/ processos para o impacto/ sucesso dos resultados.

Por outro lado, a predominância do Facebook está associada a um uso individualizado desta rede social. Assim, quanto mais intenso e rotineiro é o seu uso, maior parece ser a importância que lhe é conferida pelos ativistas, quer no que respeita à sua vida privada, quer no que concerne à sua militância ativista.[8] Um uso individual do Facebook pressupõe que é a partir do perfil pessoal do ativista que várias práticas são desenvolvidas, estando a dimensão do ativismo imersa num conjunto de outras atividades de natureza social ou de lazer que ocorrem nesta plataforma. Os seguintes excertos são reveladores desta situação:

> O Facebook é muito útil para mim, todos dizem que é uma espécie de revista de imprensa que é feita logo ali. Depende das pessoas de quem és amigo, mas se tiveres mil e tal pessoas, dos quais metade são ativistas, militante, de esquerda, o teu *feed* acaba por estar muito ocupado pela revista de imprensa diária e pelos grandes temas […]. [Ativista, "RDA 69"]

> A malta cria Facebooks para tudo e sempre que alguma coisa a acontecer está no Facebook. Tudo o que vá acontecer nos próximos tempos eu sei que vou receber um convite no meu computador […]. Para mim o Facebook é uma espécie de comício permanente. [Ativista, "RDA 69"]

Falamos de usos coletivos do Facebook quando está em causa a criação de perfis/páginas de um coletivo ativista, funcionando, neste caso, o Facebook como uma

8 Claro que esta distinção nem sempre é evidente.

plataforma de comunicação de um grupo. Nestas situações este parece estar associado a um novo paradigma de comunicação onde os processos tradicionais *off-line* [9] perdem algum peso, na medida em que o digital permite com maior economia de meios alcançar resultados mais significativos. Falamos, por isso, de novas realidades de comunicação que são tidas em consideração não apenas pelos movimentos sociais, plataformas e grupos ativistas, mas também pelos atores políticos tradicionais. Assim, o Facebook pode ser empregue em exclusivo ou em simultâneo com outras redes de comunicação, como os blogues ou os *sites*:

> Mesmo nos coletivos nós temos sempre um grupo de comunicação. Faz-se sempre um grupo de comunicação que é quem decide o Facebook, decide por exemplo a regularidade de publicações no Facebook, ou seja, ao meio-dia vai sair o texto não sei quê, à noite, que é quando há mais tráfego, sai o vídeo que a gente fez com o depoimento do J. P. Simões, depois ao outro dia de manhã sai mais umas pessoas que assinaram […]. [Ativista, dirigente de uma associação de estudantes]

> Aliás, há muitos coletivos neste momento no movimento LGBT que, se calhar, não existiriam se não existisse Facebook. Estes coletivos muito pequenos sem meios não teriam, não teriam possibilidades de existência se não tivessem este meio ali, à mão de semear e pudessem utilizar como entendessem. [Ativista, "Coletivo Actibistas"]

O blogue não é ignorado pelos nossos entrevistados. A referência aos blogues surge não porque estes sejam uma ferramenta muito usada na atualidade, apesar da importância que ainda detêm, mas precisamente porque marcaram um certo momento histórico. Houve um período em que os blogues políticos/ativistas eram bastante dinâmicos, e em que diferentes atores ganharam algum protagonismo na chamada "blogosfera nacional". Entretanto foram perdendo peso a favor particularmente do Facebook.[10] Esta questão tem tendência a ser destacada pelos ativistas que foram *bloggers* ou tiveram contacto com a fase mais ativa da blogosfera nacional. Nas entrevistas prevalece a ideia de que esta dicotomia Facebook/blogue corresponde a dois paradigmas distintos de conceber a atividade política/ cívica/ ativista. Por um lado, os blogues estão associados a um "tempo longo", ou seja, a uma conceção da atividade cívica e política que exige um exercício de reflexão mais profundo e duradouro. De acordo com uma representação algo generalizada, os blogues requerem tempo de leitura, incentivam o debate e a reflexão informada e sustentada. Pelo contrário, o Facebook, para além de ser um instrumento massificado, está mais associado a um paradigma do "tempo curto", à cultura do audiovisual, do instantâneo e do efémero. Não parece incentivar a reflexão nem o debate sustentado, antes funciona através de formas muito simplificadas e rápidas de comunicação. Como tal, favorece o desenvolvimento de episódios "virais", a

9 Referimo-nos aos processos de comunicação através de panfletos, cartazes, jornais, etc.

10 Esta alteração não é vista como necessariamente positiva, mas como uma imposição/decorrência de uma série de alterações tecnológicas e sociais que determinaram que o Facebook se tornasse a ferramenta dominante.

mobilização rápida, a "indignação instantânea".[11] Ou seja, uma "cultura do instantâneo" privilegia plataformas como o Twitter[12] ou o Facebook, facto que não poderá ser ignorado pelos ativistas. Atentemos nos seguintes excertos:

> […] antigamente lia mais blogues, acho que isso se perdeu um bocado, o Facebook foi ocupar uma parte do espaço dos blogues. [Ativista, "Mayday", "RDA 69"]

> Não consigo fazer um texto sobre análise de um relatório da OCDE no Facebook, ninguém vai ler. O Facebook é uma coisa muito instantânea de resposta rápida, de divulgação de um texto de uma música, de um vídeo, no blogue preenche uma função que não dá no Facebook, que é ter um texto mais estruturado mais longo e que faz arquivo que é o que o Facebook não faz. [Ativista, dirigente de uma associação de estudantes]

Oportunidades, desafios e resistências ao ativismo digital

Verificámos que as ferramentas digitais e a internet são genericamente bem acolhidas pelos ativistas, quanto mais não seja porque, estando estes recursos incorporados no dia a dia dos indivíduos, há uma certa "naturalização" na sua aplicação a determinadas práticas de militância ativista. Todavia, nem tudo é considerado positivo nesta área. Assim, poderíamos sintetizar as representações acerca do digital falando das oportunidades, desafios e resistências que este gera. Há uma visão basicamente utilitária destes recursos, que nos fala das oportunidades que eles abrem, não apenas para novas formas de fazer ativismo, mas também para melhorar/ potenciar velhas práticas ativistas. Tivemos oportunidade de ver em pormenor algumas destas dimensões no que respeita à facilitação dos processos de comunicação, interação, mobilização, recrutamento, etc. Mas poderíamos resumir todas as situações a uma fórmula: a potenciação da atividade de exercício ativista para atores sociais não institucionais. Os média digitais permitem criar circuitos paralelos de informação, de *empowerment* daqueles que não detêm grande capacidade de expressão na esfera pública. Isto é especialmente relevante para pequenos grupos que defendem causas minoritárias (por exemplo, Poliamor, *queer*). Através da sua forte presença na esfera pública digital, estes podem marcar a agenda política, podem ser veículos de "contrainformação" que questionam o "pensamento hegemónico" ou as "narrativas dominantes",[13] facto que é destacado pelo seguinte entrevistado:

---

11 Daí que as imagens funcionem muito bem neste contexto. São rápidas, têm impacto. No Facebook resultam especialmente bem.

12 O Twitter apesar de ser referido pelos ativistas como um utensílio digital relevante, não é dos mais utilizados, apesar de ter tido um papel importante noutros contextos de mobilização e protesto além-fronteiras, como é o caso conhecido de Barcelona (Fernandez-Planells, Figueras-Maz e Feixa, 2014). O pouco uso do Twitter é, aliás, algo que se destaca em Portugal, quando comparado com outros países europeus.

13 Os média *mainstream* são geralmente representados pelos entrevistados como parciais, ideologicamente motivados/ condicionados ou controlados por corporações, sendo difícil que as causas mais minoritárias e fraturantes tenham um espaço nesse universo.

> A internet veio quebrar uma certa hegemonia dos discursos, anteriormente para fazer chegar a informação a muita gente precisava de ter a máquina bem oleada do teu partido ou de um jornal e hoje não tens. […] No Facebook vê-se mesmo isto, muitas pessoas foram politizadas nestes últimos três anos e muito através da internet. [Ativista, "RDA 69"]

Desta forma, a leitura que fazemos é que, para a maioria dos ativistas, os média digitais podem cumprir uma função emancipadora, democrática e participativa, facto que pode ser usado estrategicamente pelos coletivos ativistas. Tal não invalida que lhes seja apontado um "lado negro".[14] Se há um grande potencial a ser explorado a partir do uso dos média digitais, estes também colocam uma série de desafios. Um dos mais focados diz respeito ao equilíbrio entre as formas tradicionais e "virtuais" de ser militante e de fazer ativismo. O ativismo ainda é apresentado, essencialmente, como uma realidade *de rua*, *off-line*, exigindo comprometimento e empenhamento físico, uma presença nas iniciativas e a mobilização para os eventos. Se, por um lado, o digital amplifica o campo do ativismo (mobiliza mais pessoas, permite maior participação, etc.), por outro lado, corre o risco de desvirtuar a militância ativista, enfraquecendo-a. Um dos desafios é, precisamente, superar a facilidade daquilo que muitos definem como o "*click activism*" ou "ativismo do *like*/de sofá", que é tido como uma prática comodista e pouco implicada de fazer ativismo. Esta fratura entre as dimensões *online* e *off-line* é considerada perigosa, pois a mudança social e o cumprimento dos objetivos dos diferentes grupos ativistas só se conseguem com os eventos *off-line*, com a capacidade de participação e mobilização dos cidadãos. A rua é ainda o espaço simbólico do combate ativista.

> Se a internet é muito útil para facilitar chegar, para ter um compromisso ligeiro entre muita gente, para ter um compromisso intenso não é. […] E muitas vezes, desculpa muita gente de não participar fisicamente. Ah… Eu lembro-me de eventos do Facebook em que toda a gente estava muito comprometida a ir e não sei quê e depois, quando chegas, não há. […] E, nesse sentido, acho que pode ser enganadora […]. [Ativista, "Precários Inflexíveis", "Que se Lixe a Troika"]

Outro dos grandes desafios, de certa forma associado ao primeiro, é o de não sobrevalorizar o *online* em detrimento da ação de rua. As redes sociais, nomeadamente o Facebook, apesar de relevantes, são para muitos entendidas como uma espécie de "bolha", pois existem num "circuito fechado" que privilegia certas redes (de amigos, de ativistas, etc.). Esta questão é relevante, na medida em que podemos considerar a existência de dois tipos de público alvo das mensagens ativistas. Há, por um lado, um público mais restrito, composto por "ativistas, simpatizantes e militantes das causas" e pessoas conectadas *online*, para quem o Facebook, os *e-mails*, os blogues, etc. funcionam bem. Por outro lado, há "o resto da sociedade" (o

14 Não existe uma "visão ingénua" do poder emancipador e democrático dos média digitais, pois praticamente todos manifestam algumas dúvidas acerca de certos aspetos destes, sublinhando alguns dos efeitos menos positivos do seu emprego.

público indiferenciado e, particularmente, os infoexcluídos) que é mais difícil de atingir, convencer e mobilizar e a quem a informação divulgada pelas redes restritas dos ativistas não chega.[15] O desafio está, pois, em jogar estrategicamente com os média digitais e os média tradicionais/ *mainstream*, de forma a fazer passar a mensagem ao maior número possível de pessoas.

> Cada um de nós acaba por viver numa bolha e nós, no Facebook, no Facebook e nas redes sociais em geral, a internet, criamos uma realidade alternativa onde vivemos rodeados das pessoas que partilham os nossos interesses. Quebrar as bolhas dos outros é muito difícil, se as pessoas não estão para aí viradas, não é porque veem aí o teu coiso no Facebook que se vão interessar, a não ser que apareça algum vídeo hiperviral. [Ativista, "No Hate Ninjas"]

Outro dos principais desafios é gerir e filtrar uma grande quantidade de informação num ecossistema mediático cada vez mais complexo. Nas entrevistas é comum esta questão ser associada à multiplicação das plataformas digitais, situação que gera uma certa "saturação de *inputs*" ou "excesso e fragmentação de informação". O Facebook e outras plataformas digitais fomentam uma cultura da renovação constante da informação, da transitoriedade e multiplicação da informação. Os *inputs* informativos são muitos e, por vezes, não favorecem uma avaliação mais densa/detalhada da informação, nomeadamente no que respeita à aferição da veracidade e fidedignidade dos seus conteúdos. Isto é algo sentido por muitos:

> […] isso é outra desvantagem na internet, é a volatilidade do que é que pode ser hegemónico e no momento seguinte já não é, o que é que é viral e o que é que não é. Uma coisa que não interessa para nada torna-se completamente viral, uma coisa importantíssima que é expressa pelas palavras erradas ou com a imagem errada ninguém… […] E, por outro lado, a criação constante de… Focos que, às tantas, tornas as pessoas um bocado imper… Ficam impermeáveis ou deixam de reagir, tal é a velocidade com que se reproduz a informação. [Ativista, "Precários Inflexíveis", "Que se Lixe a Troika"]

Finalmente, outro dos desafios é criar formas de utilização do digital que funcionem à margem dos sistemas de controlo e vigilância dos atores mais poderosos, nomeadamente do Estado e das grandes corporações. Isto porque é reconhecida a ambivalência dos média digitais: se, por um lado, existe um caráter emancipador, democrático e de empoderamento presente nestas ferramentas, por outro lado, estas tecnologias permitem o desenvolvimento de formas aperfeiçoadas de monitorização dos cidadãos e das suas ações. Como tal, muitos recorrem a ferramentas específicas que dificultam o registo e monitorização por parte de certas instâncias.

> […] de repente, aquilo apareceu-me como uma novidade e a encriptação, por exemplo, tínhamos um colega que era um *hacker*, um verdadeiro paranoico da comunicação

15 Dado que neste caso funcionam melhor os média *mainstream*.

> encriptada e ainda nos, até deu uma série, houve uma série de seminários e *workshops* sobre como, como se proteger no computador, ah… Da vigilância, não é? Eu, por acaso, não participei mas, e houve outros sobre *live streaming*, justamente, sobre como documentar, fazíamos esse tipo de, de seminários, não é? Para implementar capacidades […] Há muita necessidade de… De reagir, digamos assim, à hegemonia do controlo de informação, que as corporações e os governos têm. E, portanto, a única forma é criar um, uma retaguarda, digamos assim de ativismo, de pessoas que dominam sistemas de informação e de comunicação e essas tecnologias sem serem vigiadas […]. [Ativista, "Que se Lixe a Troika"]

Conclusão

É indiscutível a relevância que a internet e outras tecnologias digitais possuem numa multiplicidade de práticas quotidianas, onde podemos incluir a esfera da intervenção pública. Com efeito, não só a internet se apresenta cada vez mais como um terreno complementar para trocar informação, comunicar, criar redes, como também se tem afirmado como território específico para a intervenção pública, constituindo tanto um recurso para a luta ativista como uma causa que fundamenta reivindicações e a participação política e cívica. Episódios relativamente recentes ocorridos em diversas partes do globo atestam precisamente esta situação. Tal justifica a necessidade de nos questionarmos sobre o impacto que as tecnologias digitais tiveram no ativismo em Portugal. Daí que tenhamos colocado como questão genérica do presente projeto a articulação entre a internet/ tecnologias digitais e as diferentes práticas ativistas. Para responder a esta questão de partida procurámos examinar os *usos* e *representações* do digital, bem como as articulações entre os domínios *off-line* e *online* das práticas ativistas.

Em primeiro lugar, podemos concluir que o caso português se aproxima de outros contextos recentes de protesto e de mobilização de cidadãos em que os média digitais têm desempenhado um papel relevante em diferentes sentidos (Feixa e Nofre, 2013; Fernandez-Planells, Figueras-Maz e Feixa, 2014; Juris, 2012; Postill, 2014). Todavia, uma análise mais fina revela-nos que, se por um lado o digital parece integrar-se em práticas e modos de fazer ativismo preexistentes (ou pré-digitais), por outro lado esta integração possui um caráter transformador, na medida em que se geram novas gramáticas e repertórios de ação com a introdução e o suporte de ferramentas digitais. O digital participa de diferentes formas em cada uma das práticas que constituem o que designámos "trabalho ativista" — que vão da difusão de informação à mobilização e recrutamento, passando pela logística, propaganda, criação de redes e eventos —, enquanto a sua importância e centralidade vai variando em cada uma destas tarefas. De certo modo, podemos dizer que certas atividades ou etapas do trabalho ativista beneficiam de forma evidente dos dispositivos e circuitos digitais, ao passo que outras se poderão distanciar mais facilmente de tais ferramentas. Assim, conclui-se que tudo o que são práticas associadas a processos de comunicação, interna ou externa, sai claramente beneficiado pela inclusão da internet.

De destacar, por isso, a imprescindibilidade da internet para o desenvolvimento de estratégias de comunicação e de construção identitária dos coletivos. Não é por acaso que, a cada novo coletivo que se forma, um novo *site*/ página de Facebook é criado, permitindo simultaneamente a divulgação do projeto e o diálogo com diferentes atores (Sádaba e Roig, 2004; Pereira, 2009). Por vezes a implementação do *site web* chega a preceder a ação efetiva noutros domínios que não o virtual, tanto para associações ou coletivos específicos como para eventos ou plataformas de convergência. Nos movimentos contemporâneos, muitas vezes consubstanciados em organizações efémeras, sem uma existência jurídica concreta, a atribuição de um nome e a inscrição no ciberespaço constitui, frequentemente, a forma privilegiada de formalização e institucionalização de determinado projeto.[16] Daí que alguns autores (Gerbaudo e Treré, 2015; Milan, 2015) tenham destacado a importância destas ferramentas para a construção da "identidade coletiva" dos movimentos, na medida em geram uma rápida e eficiente adesão coletiva a certos *slogans*, imagens ou ideias disseminados via internet, como emblemas de causas comuns. Em suma, práticas que tradicionalmente estavam algo limitadas por constrangimentos de ordem espacial, podem ser claramente favorecidas pelo emprego de utensílios digitais que favorecem ações de natureza desterritorializada. Ou seja, recorrendo à internet é mais fácil e eficiente fazer circular informação, mobilizar pessoas, organizar o trabalho e a logística interna.

Quando a análise se foca nas "representações" (opiniões, juízos de valor, etc.) acerca dos média digitais, verificamos que, apesar dos benefícios relatados, existe um certo grau de ceticismo e resistência que emerge de uma série de tensões não inteiramente resolvidas entre "velhos" e "novos" modos de fazer ativismo. A inclusão do digital parece fazer emergir alguns paradoxos. Se, por um lado, estas ferramentas parecem sugerir potencialidades emancipadoras e participativas, concretizando o que seria a sua vocação supostamente democrática, por outro lado, suscitam dúvidas, pelo facto de se "afastarem da realidade", gerando uma espécie de "mundo paralelo", de participação fácil e inconsequente (de que o chamado "ativismo de sofá" é o melhor exemplo). Com efeito, persiste a representação tradicional da "rua" como local primordial de ativismo, de participação política e cívica, sendo o terreno digital uma espécie de extensão secundária do primeiro. Assim se compreende que a integração destes novos recursos naquilo que são procedimentos e formas de atuação já instituídas seja realizada tendo em consideração uma avaliação dos benefícios e prejuízos que a mesma acarreta, nunca esquecendo a importância crucial da rua enquanto espaço simbólico de mobilização e luta. Por isso mesmo, apesar de a utilização das tecnologias digitais ser generalizada, tendo-se, de certo modo, "naturalizado", é igualmente notório um certo sentido crítico na sua utilização, que decorre tanto das circunstâncias que envolvem os vários usos como da sua própria avaliação.

16 Por exemplo, no caso português, M12M e Plataforma 15 de Outubro criaram blogues e páginas de Facebook.

Referências bibliográficas

AA.VV. (2006), *Copyleft. Manual de Uso*, Madrid, Traficantes de Sueños.

Accornero, Guya, e Pedro Ramos Pinto (2015), " 'Mild mannered'? Protest and mobilisation in Portugal in times of crisis, 2010-2013", *West European Politics*, 38 (3), pp. 491-515.

Atton, Chris (2004), *An Alternative Internet. Radical Media, Politics and Creativity*, Edimburgo, Edinburgh University Press.

Baumgarten, Britta (2013), "Geração à rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 March 2011", *Current Sociology*, 61 (4), pp. 457-473.

Cabral Manuel Villaverde (2014), D*imensões da Cidadania. A Mobilização Política em Portugal Numa Perspetiva Comparada*, Porto, Edições Afrontamento.

Calle, Angel (2005), *Nuevos Movimientos Globales. Hacia la Radicalidad Democrática*, Madrid, Editorial Popular.

Castells, Manuel (1997), *The Power of Identity, The Information Age. Economy, Society and Culture*, vol. II, Cambridge, MA, Oxford, UK, Blackwell.

Cibergolem (2005), *La Quinta Columna Digital. Antitratado Comunal de Hiperpolítica*, Barcelona, Editorial Gedisa.

Castells, Manuel (2012), *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age*, Cambridge e Malden, MA, Polity Press.

Dahlgren, Peter (2013), *The Political Web. Media, Participation and Alternative Democracy*, Londres, Palgrave Macmillan.

Deibert, Ronald, *et al.* (2010), *Access Controled. The Shaping of Power, Rights and Rule in Cyberspace*, Cambridge, MA, The MIT Press.

DiBona, Chris, et al. (1999), *Open Sources. Voices from the Open Source Revolution*, Nova Iorque, O'Reilly.

Estanque, E., H. A. Costa, e J. Soeiro (2013), "The new global cycle of protest and the Portuguese case", *Journal of Social Science Education,* 12 (1), pp. 31-40.

Feixa, C., J. R. Saura, e C. Costa (orgs.) (2002), *Movimientos Juveniles. De la Globalización a la Antiglobalización*, Barcelona, Ariel.

Feixa, Carles, Inês Pereira, e Jeffrey Juris (2009), "Global citizenship and the 'New, New' social movements: Iberian connections", *Young — Nordic Journal of Youth Research*, 17 (4), pp. 421-442.

Feixa, Carles, e Jordi Nofre (orgs.) (2013), *#Generación Indignada. Topías y Utopias del 15M*, Lleida, Editorial Milenio.

Fernandez-Planells, A., M. Figueras-Maz, e C. Feixa (2014), "Communication among young people in the #spanishrevolution: uses of online-offline tools to obtain information about the #acampadabcn", *New Media & Society*, 16 (8), pp. 1287-1308.

Fuchs, Christian (2011), *Foundations of Critical Media and Information Studies*, Nova Iorque, Routledge.

Gantz, John, e Jack B. Rochester (2005), *Pirates of the Digital Millennium*, Nova Iorque e Londres, FT Prentice Hall, Pearson Education.

Gerbaudo, P., e Emiliano Treré (2015), "In search of the 'we' of social media activism: introduction to the special issue on social media and protest identities", *Information, Communication & Society*, 18 (8), pp. 865-871.

Hamelink, Cees (2000), *The Ethics of Cyberspace*, Londres, Sage Publications.
Hill, Simon (2013), *Digital Revolutions. Activism in the Internet Age*, Oxford, New Internationalist Publications.
Himanem, Pekka (2001), *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*, Londres, Vintage.
Johns, Adrian (2009), *Piracy. The Intellectual Property Wars, from Gutenberg to Gates*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
Juris, Jeffrey (2004), "Indymedia: de la contra-información a la utopía informacional", em Victor Mari Sáez (coord.), *La Red Es de Todos. Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red*, Madrid, Editorial Popular.
Juris, Jeffrey (2008), *Networking Futures. The Movements against Corporate Globalization*, série "Experimental Futures", Durham, NC, Duke University Press.
Juris, Jeffrey (2012), "Reflections on #occupy everywhere: social media, public space, and emerging logics of aggregation", *American Ethnologist*, 39, pp. 259-279.
Mason, Matt (2008), *The Pirate's Dilemma*, Londres, Allen Lane.
Mendes, J. M., e A. M. Seixas (2005), "Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos média (1992-2002)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, pp. 99-127.
Milan, Stefania (2015), "From social movements to cloud protesting: the evolution of collective identity", *Information, Communication & Society*, 18 (8), pp. 887-900.
Mossberger, Karen, *et al.* (2003), *Virtual Inequality. Beyond the Digital Divide*, Washington, DC, Georgetown University Press.
Padilla, Margarita (2012), *El Kit de la Lucha en Internet*, Madrid, Traficantes de Sueños.
Pereira, Inês (2009), *Movimentos em Rede. Biografias de Envolvimento e Contextos de Interacção*, Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento.
Postigo, Hector (2012), *The Digital Rights Movement,* Cambridge, MA, The MIT Press.
Postill, John (2014), "Freedom technologists and the new protest movements: a theory of protest formulas", *Convergence*, 20 (3), pp. 402-418.
Raymond, Eric (1999), *The Cathedral and the Bazaar, Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary*, Sebastopol, O'Reilly Media.
Rendueles, César (2013), *Sociofobia. El Cambio Político en la Era de la Utopía Digital*, Madrid, Capitan Swing.
Rheingold, Howard (2004), *Multitudes Inteligentes. La Próxima Revolución Social,* Barcelona, Editorial Gedisa.
Rovira, Guiomar (2009), *Zapatistas sin Fronteras*, México, DF, Ediciones Era.
Sádaba, Igor, e Gustavo Roig (2004), "Nodo 50: territorio virtual para los movimientos sociales y la acción política", em Victor Mari Sáez (coord.), *La Red Es de Todos. Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red*, Madrid, Editorial Popular.
Sáez, Victor Mari (coord.) (2004a), *La Red Es de Todos. Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red,* Madrid, Editorial Popular.
Sáez, Victor Mari (2004b), "Communicación, redes y cambio social", em Victor Mari Sáez (coord.) (2004), *La Red Es de Todos. Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red*, Madrid, Editorial Popular.
Salado, Juan (2004), "Alfabetización tecnológica en Extremadura: las tecnologias al servicio del desarrollo", em Victor Mari Sáez (coord.), *La Red Es de Todos. Cuando*

los Movimientos Sociales se Apropian de la Red, Madrid, Editorial Popular.
Sommier, Isabelle (2003), *Le Renoveau des Mouvements Contestataires a l'Heure de la Mondialisation*, Paris, Flammarion.
Stryker, Cole (2011), *Epic Win for Anonymous. How 4Chan's Army Conquered the Web*, Londres, Gerald Duckworth Publishers.
Tamayo, Eduardo, Sally Burch, e Oswaldo Enriquez (2004), "Internet y organiziaciones sociales: un estudio exploratorio", em Victor Mari Sáez (coord.), *La Red Es de Todos. Cuando los Movimientos Sociales se Apropian de la Red*, Madrid, Editorial Popular.
Tarrow, Sidney G. (2011), *Power in Movement. Social Movements and Contentious Politics*, Cambrige, Cambridge University Press.
Ugarte, David (2004), *11 M, Redes para Ganar Una Guerra*, Barcelona, Icaria.
Warschauer, Mark (2004), *Of digital divides and social multipliers: Combining language and technology for human development. Information and communication technologies in the teaching and learning of foreign languages: State of the art, needs and perspectives* (pp. 46-52), Moscovo, UNESCO Institute for Information Technologies in Education.

Ricardo Campos. Investigador e bolseiro de pós-doutoramento, CICS.Nova, FCSH/UNL, Av. De Berna, 26-C, 1069-061, Lisboa.
E-mail: rmocampos@yahoo.com.br

Inês Pereira. Professora auxiliar convidada, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas 1649-026, Lisboa. *E-mail*: inescfpereira@gmail.com

José Alberto Simões. Investigador, CICS.Nova, e professor auxiliar, FCSH/UNL, Av. De Berna, 26-C, 1069-061, Lisboa. *E-mail*: joseav.simoes@fcsh.unl.pt

Receção: 29-05-2015 Aprovação: 24-03-2016